

Conselho Nacional de Educação pede volta às aulas presenciais

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Em nova resolução, órgão colegiado trouxe dados sobre o fechamento das escolas durante a pandemia e liberou fusão de currículos de 2021 e 2022. O Nexo é um jornal independente sem publicidade financiado por assinaturas. A maior parte dos nossos conteúdos são exclusivos para assinantes. Aproveite para experimentar o jornal digital mais premiado do Brasil. Conheça nossos planos. Junte-se ao Nexo! O Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou uma nova resolução esta semana pedindo, entre outros pontos, a volta às aulas presenciais em todo o país. O documento traz uma análise dos impactos que o fechamento das escolas tiveram no aprendizado dos estudantes e destaca que, diante do cenário, deve ser “ prioritária, urgente e, portanto, imediata ” a volta à modalidade presencial. Entre os prejuízos do último ano e meio de escolas fechadas, o Conselho destacou um estudo da Fundação Getulio Vargas que aponta a discrepância entre as horas que as crianças de maior renda e as crianças mais pobres dedicaram aos estudos, assinalando o aprofundamento de desigualdades. Mencionou também uma outra pesquisa que estima que os os alunos dos anos finais do ensino fundamental podem ter regredido, em média, até quatro anos em leitura e Língua Portuguesa. Em entrevista ao UOL, a presidente do CNE, Maria Helena Guimarães de Castro, citou o avanço da vacinação no país como um indício de segurança para a volta às aulas. O parecer encaminhado ao Ministério da Educação também elenca medidas de segurança que seriam adotadas nesse retorno, além de oferecer a possibilidade de aulas remotas para os estudantes que pertencem aos grupos de risco da covid-19. Embora a taxa de brasileiros totalmente imunizados ainda beire os 16%, a vacinação dos profissionais da educação é mais avançada, já que foram incluídos nos grupos prioritários. A presidente do CNE também esclareceu que o retorno às atividades presenciais é uma defesa do órgão, mas que não é possível fixar um prazo limite para que isso aconteça já que os estados e municípios tem autonomia. Ela também enfatizou que a orientação do conselho não é pelo fim das atividades online, que poderão ser conciliadas com o retorno presencial. “ Elas poderão ter um papel importante na recuperação. Na volta às aulas presenciais, os alunos poderão, por exemplo, ter atividades no contraturno com tecnologia ”, disse à Folha de Pernambuco. O CNE é um órgão colegiado do MEC e foi responsável por elaborar diretrizes e outros pareceres como esse durante a pandemia. A resolução que agora segue para homologação do Ministério da Educação repete algumas propostas de uma outra aprovada em julho de 2020. Um desses pontos em comum é a possibilidade de “ continuum curricular 2020-2021 ”, o que permitiria fundir os currículos dos dois anos letivos para recuperar as perdas acarretadas pelo fechamento das escolas. Expresso: As recomendações da Unicef para a volta às aulas